



ENQUANTO NÃO SE DEFINE COMO USAR CRÉDITOS DE DESMATAMENTO EVITADO, O GOVERNO BRASILEIRO RECUSA ACEITAR QUALQUER VÍNCULO A MECANISMOS DE MERCADO

não governamentais, com uma proposta feita pela Costa Rica e por Papua Nova Guiné sobre a Redução de Emissões por Desmatamento Evitado nos Países em Desenvolvimento (RED).

Durante o último *workshop* da Convenção Quadro sobre o tema, em março, na Austrália, todos os países concordaram que é urgente adotar medidas para reduzir o desmatamento e que existem metodologias, técnicas e ferramentas suficientes para estimar e monitorar suas emissões. Não há, portanto, impedimentos técnicos, mas um acordo depende de decisões políticas sobre como serão empreendidos os esforços e aplicados os recursos financeiros necessários para atingir essas reduções.

O impasse refere-se ao “tamanho da conta”, e, principalmente, como a mesma será dividida entre os países interessados para a redução do desmatamento.

Em relação ao tamanho da conta, a discussão é quanto ao cenário de referência, ou linha de base, de desmatamento a ser utilizado — ou seja, sobre o cenário em que serão calculadas as posteriores reduções de emissões.

Três abordagens estão na mesa de negociações. Uma delas, proposta pelo Brasil, utiliza a média histórica de desmatamento em um determinado período de tempo (dez anos, por exemplo), para estabelecer a taxa de referência para as emissões (a metodologia pode ser acessada em http://unfccc.int/files/methods_and_science/lulucf/application/pdf/brazil.pdf).

A segunda proposta prevê que se determine um cenário futuro de referência usando modelos de projeção do desmatamento. E, por fim, a última constitui-se na criação de alternativas para a não utilização de uma linha de base em situações em que não é possível estabelecer uma abordagem clara do cenário de referência.

A sugestão brasileira, a única que apresenta uma metodologia clara de implementação, está no centro das discussões. Mas há questionamentos quanto à viabilidade de sua utilização no caso de países com baixas taxas históricas de desmatamento como Costa Rica, Gana, Congo, Índia, China, entre outros.

O argumento é o de que o mecanismo proposto pelo Brasil forneceria “incentivos perversos” aos países com alto histórico recente de desmatamento, em vez de “premiar” os que conservaram suas florestas no passado.

CARTAS NA MESA: OS PRÓS E OS CONTRAS, AS DIFICULDADES E AS VANTAGENS DAS DIVERSAS PROPOSTAS SUGERIDAS PELOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

PROPOSTA / PAÍS	BRASIL	BOLÍVIA + COALITION FOR RAINFOREST NATIONS	COSTA RICA + BLOCO DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS	GABÃO, CONGO E COMMISSION OF MINISTERS FOR THE CENTRAL AFRICA FORESTS
QUEM APÓIA	Países do Anexo I	Maioria dos países em desenvolvimento	Apoio moderado de diversos países em desenvolvimento	Idem anterior + países do Anexo I
MOTIVO	Apresenta proposta clara e metodologia de implementação objetiva (descrita passo a passo)	Preconiza uma participação ampla de todos os países em desenvolvimento	Proposta ampla e abrangente, mas nem tão objetiva	Forte componente em <i>capacity building</i> e cooperação entre países Sul-Sul
QUEM NÃO APÓIA	Coalition for Rainforest Nations, Índia, China e a maioria dos países da América Latina	Nenhum	Houve relativamente pouco apoio direto dos países do Anexo I e países africanos	Nenhum
MOTIVO	– Impede a participação ampla de muitos países em desenvolvimento – Contra mecanismos de mercado	—	Não apresenta proposta objetiva de implementação	—
QUEM NÃO PARTICIPARIA / OU TERIA INCENTIVOS INSUFICIENTES	Países com baixas taxas históricas: Costa Rica, México, Índia, China, Gana, Congo, Suriname, Papua Nova Guiné, entre outros	Nenhum	Nenhum	Nenhum
PRINCIPAIS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO	– Viabilizar a participação dos demais países em desenvolvimento – Abrir a possibilidade para mecanismos de mercado	Esclarecer melhor: – Integração entre os três mecanismos – Linha de base – Integração com metas do Anexo I e mecanismos de mercado	Idem anterior	Idem anterior

A MÃO DO MERCADO: ANÁLISE DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS OFERECIDAS PELOS MECANISMOS PROPOSTOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM UM REGIME DE REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO EVITADO

FATOR DE ANÁLISE	MECANISMO		JUSTIFICATIVA/ARGUMENTOS
	MERCADO	NÃO-MERCADO	
ENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO	SIM	NÃO	Sem mecanismos de mercado não haveria interesse de envolvimento do setor privado
POTENCIAL PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	ALTO	BAIXO	Sem o envolvimento do setor privado dificilmente se captaria o volume necessário de recursos, estimados em US\$ 5 bilhões/ano (Stern, 2006)
VÍNCULO A METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DOS PAÍSES DO ANEXO I (SOMENTE PÓS 2012)	SIM	NÃO	A exemplo do MDL, o vínculo a novas metas de redução do Anexo I no regime pós 2012 geraria a demanda necessária para o estabelecimento de um sólido mercado de carbono para RED
ENFRAQUECIMENTO DO MERCADO DO MDL	NÃO	NÃO	A inclusão de créditos de RED em um mecanismo de mercado independente, atrelado a novas demandas do Anexo I no período pós 2012, descarta o enfraquecimento do MDL
SUSTENTABILIDADE DE RECURSOS A LONGO PRAZO	MAIOR	MENOR	O aporte de recursos por doações em um Fundo Voluntário não oferece garantias de sustentabilidade a longo prazo
POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADE E TECNOLOGIAS	MAIOR	MENOR	O envolvimento com o mercado impulsionaria o estabelecimento de novas tecnologias e sistemas de quantificação e monitoramento, necessários para o comprometimento de investidores

A dificuldade está em como as ações empreendidas no passado (ou mesmo no presente) seriam consideradas na determinação da linha de base que servirá como referência para o desmatamento evitado. Por exemplo, como seriam considerados os esforços da Costa Rica que geraram sucessivas reduções no desmatamento em seu território durante as décadas de 80 e 90? Ou qual o limite temporal que separa o fim do período de cálculo da linha de base e o início de medidas recentes tomadas para reduzir o desmatamento?

Este item é crucial para a implementação do regime e deverá ser o grande foco das próximas negociações. Uma possível solução seria a criação de um “pacote flexível”, composto de diferentes mecanismos ou linhas de base que contemplem diferentes circunstâncias nacionais.

PARA CRIAR DEMANDA

O outro ponto fundamental em debate está na forma de divisão da “conta”, ou seja, de onde virão os recursos para reduzir o desmatamento. Há praticamente duas propostas. De um lado, o Brasil, isolado, sugere a criação de um fundo internacional alimentado por doações voluntárias. De outro, basicamente todos os demais países em desenvolvimento e o setor privado dos países desenvolvidos, a favor do estabelecimento de mecanismos de mercado para o comércio de certificados de carbono.

Ambas as propostas envolvem complexas manobras político-econômicas e interesses conflitantes. A principal justificativa contra a primeira é de que o fundo voluntário não conseguiria angariar os recursos necessários — da ordem de US\$ 5 bilhões por ano, segundo o *Relatório Stern*, para reduzir o desmatamento em nível global.

Para buscar a solução no mercado é necessário criar

uma nova demanda para os créditos de RED, visto que a atual só atende créditos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), os únicos válidos para os países desenvolvidos no cumprimento das metas do Protocolo de Kyoto. Fundir os dois mecanismos sem aumentar a demanda inundaria o mercado de MDL, colocando-o em risco. Assim, a exemplo do MDL, a saída seria elevar as metas de redução dos países desenvolvidos, atrelando-as a créditos de RED.

Essa parece ser a solução mais plausível. No entanto, os países que possuem metas de redução — como os da União Européia, o Reino Unido, Canadá e Japão — rejeitam um aumento enquanto os Estados Unidos, responsáveis por 30% das emissões mundiais, não assumirem sua carga na responsabilidade pelo aquecimento do planeta. Enquanto não se definirem as formas de utilização dos créditos de RED, o governo brasileiro recusa qualquer tipo de vínculo a mecanismos de mercado.

Sem a utilização dos créditos, os países ricos, e principalmente o setor privado, não parecem interessados em pôr dinheiro em mais um fundo voluntário. Está formada a “sinuca de bico”.

A 26ª reunião dos órgãos subsidiários da Convenção Quadro, realizada na Alemanha em maio, trouxe poucos avanços e as negociações foram postergadas para a 13ª Conferência das Partes (COP), em dezembro, na Indonésia. A morosidade nas discussões e a rígida posição dos Estados Unidos de não assumir compromissos de redução indicam que pouco será decidido antes de 2009.

Enquanto isso, não só milhares de hectares de floresta caem ao chão diariamente como milhares de pessoas cruzam o Atlântico de avião — e a humanidade segue testando os limites de tolerância da natureza. ■